



PROGRAMA DE CURSO
RETENÇÕES DE TRIBUTOS
NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

Professor(a): Marcos César

Retenções de Tributos na Administração Pública

Análise das Inovações Tributárias na Administração Pública: IN RFB N° 2.110/2022 e Revogação da IN RFB N° 971/09

Carga Horária: 21h

Apresentação

Este treinamento técnico aborda as retenções de tributos no âmbito da administração pública, com foco nas recentes inovações introduzidas pela IN RFB N° 2.110/2022 e os impactos da revogação da IN RFB N° 971/2009. O curso tem como objetivo qualificar profissionais para interpretar corretamente a legislação tributária aplicável, compreender os processos de retenção e recolhimento de tributos, e assegurar a conformidade com as obrigações fiscais.

Além de oferecer uma visão abrangente sobre a legislação e a prática das retenções, o curso aborda aspectos práticos e específicos das declarações fiscais obrigatórias, garantindo atualização e preparo para lidar com as exigências do SPED, e-Social, EFD-Reinf e DCTFWeb.

Com um enfoque técnico e detalhado, este treinamento é ministrado por um especialista na área tributária, oferecendo uma experiência enriquecedora e aplicável à prática profissional.

Objetivos

O treinamento tem como objetivo capacitar os participantes para compreender e aplicar corretamente a legislação tributária relacionada às retenções de tributos na administração pública, com foco nas inovações trazidas pela IN RFB N° 2.110/2022. Busca-se atualizar e aperfeiçoar conhecimentos sobre retenções tributárias e declarações obrigatórias, como SPED, e-Social, EFD-Reinf e DCTFWeb, além de habilitar para a análise técnica da legislação, garantindo conformidade no registro, retenção e recolhimento de tributos. Por fim, promove segurança jurídica nas atividades relacionadas à liquidação de despesas e ao cumprimento das obrigações fiscais.

Público-alvo

Servidores Públicos: profissionais envolvidos na liquidação, pagamento de despesas, auditoria e conformidade.

Gestores e Fiscais de Contratos: responsáveis pela análise e ateste de notas fiscais e faturas.

Gestores Financeiros e Ordenadores de Despesas: líderes que buscam segurança na autorização de pagamentos.

Especialistas em Retenções Tributárias: profissionais e consultores que lidam com retenção de tributos e obrigações acessórias.

Empresas Contratadas: fornecedores e prestadores de serviços que atendem órgãos públicos.

Metodologia

Os participantes serão capacitados para aplicar os conhecimentos adquiridos de forma eficiente e segura, promovendo maior conformidade legal e eficácia operacional em suas rotinas profissionais. A metodologia inclui:

Aulas expositivas: Apresentação de conteúdos por meio de material didático atualizado e legislação vigente.

Estudos de caso: Aplicação prática de conceitos em situações reais ou simuladas, com análise e discussão em grupo.

Exercícios práticos: Propostas de exercícios que simulem as atividades de retenção e recolhimento de tributos.

Dinâmicas interativas: Discussão de dúvidas e esclarecimentos sobre situações específicas enfrentadas pelos participantes.

Apoio documental: Disponibilização de material técnico, incluindo manuais, normas e legislações aplicáveis.

Conteúdo Programático

1. Legislação Aplicada a Tributos

2. Retenção do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Conforme Decreto Federal 9.580/2018 – Aplicável aos Órgãos e Entidades Estaduais, Distritais e Municipais

- Artigos 157 e 158 da Constituição Federal
- Fato Gerador
- Base de Cálculo
- Hipóteses de Incidência do IRPJ
- Alíquotas
- Casos de Dispensa de Retenção do IRPJ
- Destaque do IRPJ no Documento Fiscal
- Exceções à Regra de Retenção do IRPJ
- Prazo para o Recolhimento do IRPJ

- Comprovante de Retenção
- Informações na DIRF e DCTF

3. Retenção de Tributos de Empresas Optantes pelo Simples Nacional

4. Retenções de Tributos Federais de Pessoa Jurídica (IRPJ, CSSL, Cofins e PIS/PASEP), Conforme IN RFB 1.234/2012 – Aplicável aos Órgãos e Entidades do Governo Federal e IN 459/2004 aplicável a Entidades da Administração Pública Estadual e Municipal e Instituições Privada:

- Obrigatoriedade da Retenção
- Base de Cálculo e Alíquotas
- Hipóteses em que Não Haverá Retenção
- Declarações que devem ser Apresentadas para o Pagamento da Nota Fiscal ou Fatura
- Prazo para o Recolhimento dos Tributos
- Destaque dos Tributos no Documento Fiscal
- Documentos de Cobrança que Contenham Código de Barras
- Comprovante Anual de Retenção
- Retenções em Situações Específicas Relacionadas na IN RFB 1.234/2012:
 - Agências de Viagens, Turismo e Seguro
 - Seguros e Telefone
 - Agências de Propaganda e Publicidade
 - Consórcios
 - Empresas que Fornecem Vale-Refeição, Vale Transporte e Vale Combustível
 - Combustíveis, Demais Derivados do Petróleo, Alcool Hidratado e Biodiesel
 - Produtos Farmacêuticos
 - Cooperativas de Trabalho e Associações Profissionais
 - Aluguel de Imóveis
 - Pessoa Jurídica Sediada ou Domiciliada no Exterior
 - Pessoa Jurídica Amparada por Decisão Judicial

5. Retenção da Contribuição Previdenciária sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Jurídicas, Conforme IN RFB 2.110/2022

- Obrigatoriedade de Retenção
- Casos de Não Retenção
- Retenção da Contribuição Previdenciária de Empresas Optantes pelo Simples Nacional
- Deduções da Base Cálculo
- Destaque da Retenção no Documento Fiscal
- Retenção de Empresas Optantes pela Desoneração da Folha de Pagamento, Conforme Lei 12.546/2011
- Retenção na Prestação de Serviços em Condições Especiais (Exposição a Agentes Nocivos)

- Dados a Serem Informados no Documento Fiscal
- Prazo para o Recolhimento da Contribuição Previdenciária de PJ

6. Retenção do Imposto de Renda sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Físicas, Conforme IN RFB 1.500/2014

- Definição de Contribuintes e de Rendimentos Tributáveis
- Obrigatoriedade da Retenção
- Tabela Progressiva do Imposto de Renda
- Base de Cálculo
- Código do DARF
- Prazo para o Recolhimento
- Retenção de Imposto de Renda sobre Pagamento de Aluguel a Pessoas Físicas
- Comprovante de Rendimentos

7. Retenção da Contribuição Previdenciária sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Físicas, Conforme IN RFB 2.110/2022

- Contribuição por Parte do Contribuinte Individual
- Obrigatoriedade da Retenção
- Fato Gerador da Obrigação Previdenciária
- Base de Cálculo e Alíquota
- Obrigações do Contribuinte Individual
- Recolhimento da Contribuição Patronal
- Prazo para o Recolhimento
- Obrigações da Unidade Pagadora
- Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP)

8. Retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física

- Artigo 156 da Constituição Federal
- Lei Complementar Federal 116/2003
- Retenção do ISS de Empresas Optantes pelo Simples Nacional
- Retenção do ISS sobre o Pagamentos de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC

9. Retenções de Tributos de Microempreendedor Individual (MEI)

10. SPED

- Legislação
- Apresentação do SPED
- Definição
- Benefícios com a Implantação do SPED
- Objetivos do SPED
- Acesso ao SPED

11. e-Social

- Legislação Relacionada ao e-Social
- Definição
- Princípios
- Cronograma de Implantação do e-Social
- Acesso ao e-Social

12. EFD-Reinf

- Legislação Aplicada
- Definição
- Contribuintes Obrigados a Apresentar a EFD-Reinf
- Informações que Devem ser Prestadas na EDF-Reinf
- Como as Informações Devem ser Prestadas na EFD-Reinf
- Grupos de Eventos
- Prazo para Envio
- Cronograma de Implantação
- Acesso ao Sistema EFD-Reinf

13. DCTFWeb

- Legislação Aplicada à DCTFWeb
- Definição
- Obrigatoriedade de Apresentação
- Dispensa de Apresentação
- Elaboração e Envio
- Contribuições que Devem ser Declaradas na DCTFWeb
- Penalidades pelo não Envio da DCTFWeb
- Retificação
- Cronograma de Implantação
- Manual de Orientação da DCTFWeb

Dados da Consultre

*Estamos cadastrados no SICAFI.

Certidões: <http://www.consultre.com.br/certidoes>

Razão Social: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.

CNPJ: 36.003.671/0001-53 - Insc. Estadual: Isento - Insc. Municipal: 24.687-0

Endereço: Av. Champagnat, 645, Ed. Palmares, Sl.301 - Centro - Vila Velha – ES –
Cep. 29.100-011

Telefone: (27) 3340-0122 - WhatsApp: (27) 9 8179-1115

E-mail: consultre@consultre.com.br - Site: www.consultre.com.br

Dados para Pagamento

O pagamento poderá ser efetuado por meio de depósito, DOC ou ordem bancária na seguinte conta:

Banco: Banco do Brasil - Agência: 1240-8 - Conta Corrente: 105.895-9

Favorecido: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

CNPJ: 36.003.671/0001-53),

Sobre a Consultre

Há mais de 30 anos no mercado, a Consultre é referência nacional em cursos para a Administração Pública. Saiba mais em <https://www.consultre.com.br/nossahistoria/>

A CONSULTRE EM NÚMEROS

+30

Anos de credibilidade

+80mil

Pessoas Capacitadas

+5mil

Clientes Fidelizados

+5mil

Cursos e seminários realizados

Horários:

Cursos de 21h

1º e 2º Dias: 8h às 17h
3º Dia: 8h às 13h

Cursos de 24h

1º, 2º e 3º Dias:
8h às 17h

Cursos de 28h

1º, 2º, 3º Dias: 8h às 17h
4º Dia: 8h às 12h

11. e-Social

- Legislação Relacionada ao e-Social
- Definição
- Princípios
- Cronograma de Implantação do e-Social
- Acesso ao e-Social

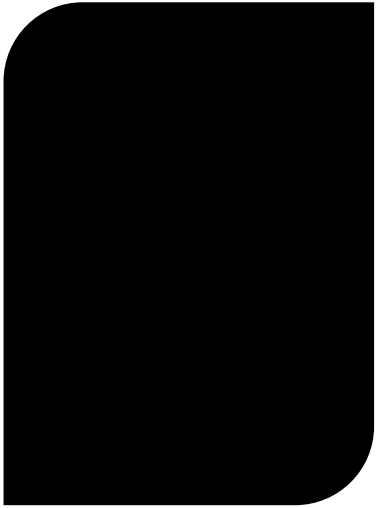
12. EFD-Reinf

- Legislação Aplicada
- Definição
- Contribuintes Obrigados a Apresentar a EFD-Reinf
- Informações que Devem ser Prestadas na EDF-Reinf
- Como as Informações Devem ser Prestadas na EFD-Reinf
- Grupos de Eventos
- Prazo para Envio
- Cronograma de Implantação
- Acesso ao Sistema EFD-Reinf

13. DCTFWeb

- Legislação Aplicada à DCTFWeb
- Definição
- Obrigatoriedade de Apresentação
- Dispensa de Apresentação
- Elaboração e Envio
- Contribuições que Devem ser Declaradas na DCTFWeb
- Penalidades pelo não Envio da DCTFWeb
- Retificação
- Cronograma de Implantação
- Manual de Orientação da DCTFWeb

Professor(a):



Especialista em legislação tributária e retenções na fonte de tributos na administração pública, com experiência prática e consultiva em órgãos públicos como SERPRO, Petrobrás, Conselho de Justiça Federal, e Supremo Tribunal Federal.

Atuação como instrutor e consultor em treinamentos voltados à administração pública, incluindo retenções tributárias, inovações na legislação e auditoria fiscal, com destaque para o curso "Retenções de Tributos na Administração Pública".

Consultor experiente em planejamento tributário e análise fiscal, com projetos realizados para órgãos como CONAB, CAESB, e CEB, além de contribuições relevantes na área de contabilidade aplicada ao setor público.

Autor de publicações técnicas sobre legislação tributária, contabilidade geral e fiscal, com destaque para análises de regulamentações como IN RFB nº 2.110/2022.

Instrutor capacitado, com mais de 15 anos de experiência em capacitação de servidores públicos nas áreas de tributação e gestão contábil.